

Ministro de Minas e Energia debate com parlamentares momento do setor

Moreno Nobre

Em reunião com parlamentares nesta quarta-feira (10), na Câmara dos Deputados, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, apresentou balanço sobre ações da Pasta neste um ano que está à frente do Ministério. O socialista também falou sobre o planejamento para 2017.

De acordo com Fernando Filho, o Ministério tem um portfólio muito grande, que passa por renováveis, energia, mineração, óleo e gás e biocombustível, o que torna a agenda bastante densa. “Sem dúvida nenhuma, a economia não vai retomar o seu crescimento sem que essas atividades possam reencontrar o caminho do desenvolvimento”, disse.

O modelo utilizado até agora, segundo o ministro, foi bastante exitoso em alguns casos, mas provocou uma série de distorções que hoje colocam o País em um cenário muito desafiador. “O momento é de incentivo aos investimentos privados, nós não temos recursos públicos para fazer frente à necessidade dos nossos investimentos. As empresas estatais estão com pouquíssima ou quase nenhuma capacidade de investimento próprio”, contou.

Fernando Filho lembrou que, com a aprovação da Lei das Estatais, logo que assumiu o Ministério, o ambiente de governança ficou muito melhor. “Fruto disso, ano passado, as ações da Eletrobrás se valorizaram 258% e a da



Ministro apresentou números de seu primeiro ano à frente da Pasta e destacou projetos para 2017

Petrobras, acima dos 200%. Foram as ações que mais aumentaram na Bolsa de Valores de São Paulo”, completou.

O deputado Fabio Garcia (PSB-MT) também destacou a valorização das empresas do setor energético brasileiro. Para ele, é resultado do trabalho desenvolvido pela Pasta nesse período. Ele citou também a valorização das ações da Petrobras, além dos grandes investimentos nos leilões de transmissão de energia elétrica.

O socialista falou sobre os desafios do setor elétrico. Para ele, o mais difícil é conseguir energia elétrica

a preços mais baixos e trazer segurança de abastecimento a todos os brasileiros. “Precisamos buscar esse objetivo de redução de preço de energia, não na marretada, porque a conta chega muita cara a todos nós. Precisamos fazer com políticas sérias”, disse.

A abertura desse mercado também foi citada por Garcia, o que para ele é necessária, mesmo que de forma escalonada. “É importante para os brasileiros que tenhamos um mercado mais aberto, com a opção de escolha do fornecedor de energia. Isso é um avanço e uma tendência mundial”, declarou.

Integração Nacional

Valadares Filho comanda audiência que contou com a presidente da Codevasf

2

PEC 304

Plenário aprova em 1º turno proposta que regulariza a prática da vaquejada

3

Saúde

Audiência debate compra de medicamento chinês para leucemia

4

Integração Nacional

Valadares Filho defende trabalho da Codevasf em audiência pública

Moreno Nobre

A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (Cindra) realizou audiência pública, nesta quarta-feira (10), para debater sobre os programas e as ações da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Solicitado pelo presidente do Colegiado, Valadares Filho (PSB-SE), o evento contou com a presença da presidente da Companhia, Kênia Marcelino.

De acordo com o parlamentar, esse debate é de grande importância, tendo em vista que a empresa mobiliza investimentos públicos para a construção de obras de infraestrutura, particularmente para a implantação de projetos de irrigação e de aproveitamento racional de recursos hídricos. “A audiência contribuiu para que os membros da Cindra obtenham os subsídios necessários ao aprimoramento dos trabalhos legislativos e proponham medidas que contribuam para a qualidade de vida da população brasileira”, disse.

Ao fazer breve apresentação da história da Codevasf, a presidente da Companhia lembrou que, em 2014, a empresa se tornou a operadora do projeto de integração das bacias do Rio São Francisco. Ela destacou que diversos Projetos de Lei tramitam no Congresso para pleitear a ampliação da área de atuação da Companhia. “É sinal



Valadares destacou importância da empresa

de que o Congresso espera que a Codevasf amplie sua área de atuação e também nos traz responsabilidades”, declarou.

Sobre as linhas de negócio da empresa, Kênia disse que a Codevasf ficou conhecida por muitos anos pela implantação e gestão dos projetos de irrigação. São 36 projetos públicos de irrigação que atendem a pequenos, médios e grandes produtores. Segundo a presidente, são gerados 280 mil empregos diretos e indiretos em uma área de 127 mil hectares irrigados.

Para Valadares Filho, fica demonstrado o grande salto administrativo que a Codevasf teve nesse último ano, o que acontece também pela parceria com parlamento brasileiro, por meio das emendas individuais. “Essa audiência demonstrou todo o planejamento que tem a Codevasf, todo serviço prestado por essa empresa tão importante para o Nordeste brasileiro. Para nós parlamentares, termos essa parceria com a Codevasf cada vez mais fortalecida, é uma grande honra”, finalizou.

Curtas



A Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania aprovou, nesta quarta-feira (10), relatório do deputado **Danilo Forte (PSB-CE)** favorável ao Projeto de Lei nº 4.626, de 2016, oriundo do Senado Federal, que propôs a inscrição do nome de Francisco José do Nascimento no livro dos Heróis da Pátria. Francisco é considerado o maior herói a favor da libertação dos escravos no Ceará. Para Danilo, a aprovação do projeto simboliza o merecido “reconhecimento a esse homem humilde, que sai das praias do Aracati, da Canoa Quebrada, para enfrentar um mundo de adversidades. É um ser humano que nos mostra o caminho de coragem, de dignidade e de valor que o povo brasileiro tanto tem”.



Também na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania foi aprovado, nesta terça-feira (9), relatório do deputado **Gonzaga Patriota (PSB-PE)** favorável à proposta que denomina “Rodovia Mestre Dominginhos” o trecho da rodovia BR-423, compreendido entre as cidades de São Caetano e Garanhuns, em Pernambuco. Instrumentalista, cantor e compositor, José Domingos de Moraes nasceu em 1941, em Garanhuns (PE). É considerado o sanfoneiro mais importante do País e herdeiro artístico de Luiz Gonzaga (1912-1989). Ao longo da carreira, fez parcerias de sucesso com importantes músicos brasileiros. Dominginhos morreu em 2013, aos 72 anos, após sofrer complicações infecciosas e cardíacas.

Acompanhe as últimas novidades do PSB também pelo nosso site.



Como fazer?

Instale um leitor de QR Code no seu smartphone, Ipad ou Ipod Touch; Com o leitor, posicione o celular a centímetros de distância do código até que ele visualize toda a barra; Fotografe o código e espere a página abrir no seu navegador.

PEC 304

PEC da Vaquejada é aprovada em primeiro turno na Câmara

Gustavo Sousa

A Câmara dos Deputados aprovou, em 1º turno, a Proposta de Emenda à Constituição sobre a Vaquejada (PEC nº 304/17). A proposta estabelece que não serão consideradas cruéis as práticas desportivas registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro e que garantam o bem-estar dos animais. A PEC foi originada a partir da fusão de duas outras propostas, a 270/2016, de autoria do deputado pernambucano João Fernando Coutinho (PSB), e da PEC 50/2016, do senador Otto Alencar (PSD-BA).

Ainda ontem, a Câmara recebeu especialistas e integrantes de mo-

vimentos ligados à promoção das vaquejadas para debater a PEC. Segundo explicou Coutinho, a proposta procura corrigir distorção causada pela interpretação equivocada do Supremo Tribunal Federal que, no início de outubro de 2016, considerou inconstitucional lei cearense que reconhecia a vaquejada como patrimônio cultural e imaterial do povo nordestino.

Para o socialista, a aprovação da PEC garante “que as práticas equestres continuem gerando milhares de empregos diretos e indiretos nas mais diversas modalidades esportivas a partir do cavalo, que é uma paixão de muitos”.

A PEC recebeu o apoio do também socialista e pernambucano Danilo



Socialistas destacaram alcance da prática no País

Cabral. Segundo o deputado “o Brasil conta com mais de 5 milhões de tropas de equinos, o que gera mais de 3 milhões de empregos diretos e indiretos, e movimentação quase R\$ 8 bilhões por ano. Só na vaquejada há quase 700 mil pessoas mobilizadas em torno deste esporte, que é uma das marcas da cultura do Nordeste”.

Agricultura

Socialistas participam de audiência pública sobre agronegócio

Tatyana Vendramini

Convidado a falar na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, nesta quarta-feira (10), sobre questões ligadas à operação carne fraca e às exportações brasileiras, o ministro Blairo Maggi afirmou que, apesar de controlada a insegurança que se abateu sobre o setor, o Governo ainda trabalha para recuperar totalmente a confiança do mercado externo. Ele também falou da preocupação que existe em relação à qualidade da carne consumida no Brasil e da necessidade de investimento na indústria agropecuária.

“Nesse momento, o Brasil recuperou a possibilidade da exportação e está sob observação nos países importadores. Até agora, não tivemos nenhum resultado negativo, e isso nos dá cada vez mais força para trabalhar daqui para a frente, com a certeza da qualidade do produto consumido dentro e fora do País.” Maggi defendeu a manutenção dos merca-



Tereza Cristina e Adilton Sachetti na Capadr

dos já existentes e a abertura de novas possibilidades.

Ainda sobre a questão externa, a líder do PSB na Câmara, Tereza Cristina (MS), falou da necessidade de um novo modelo de rastreabilidade da carne, que é premissa para a exportação para a Europa e outros mercados de cortes nobres. Em 2002, o Brasil implantou o Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina (Sisbov). Mas, segundo a socialista, a certificação não funciona corretamente porque sua operacionalização é de difícil

execução. “Buscamos o cumprimento da rastreabilidade para que possamos continuar premiando as pessoas que fazem carne de qualidade no Brasil e também aumentarmos essa produção”, destacou a parlamentar.

Antes do início da reunião com o ministro, a Comissão aprovou requerimento da socialista para a realização de debate sobre Sisbov. A audiência ainda não tem data definida.

Supersafra — Preocupado com o que chamou de contrassenso, o deputado Adilton Sachetti (PSB-MT) questionou o ministro sobre a renda do produtor brasileiro. “Nós temos agora a maior safra da história do nosso País e vamos ter um dos piores resultados que os produtores já tiveram”, lamentou. Blairo Maggi concordou que a supersafra com a menor renda irá impactar muito os negócios no setor. “O Governo faz aquilo que está ao seu alcance, que são os instrumentos que garantem a venda da produção pelo preço mínimo.”

Saúde

Ministro garante eficácia de nova medicação para tratar leucemia

Andrea Leal

Foto: jannoon028/Freepik

O ministro da Saúde, Ricardo Barros, afirmou na Comissão de Defesa do Consumidor, nesta quarta-feira (10), que a compra do medicamento Leuginase para Leucemia-Linfoide-Aguda, realizada em janeiro, seguiu todas as exigências necessárias para a importação internacional de medicamentos. O presidente da Comissão, deputado Rodrigo Martins (PSB-PI), informou que a audiência pública foi realizada para esclarecer sobre a compra desse medicamento, oriundo do laboratório chinês Beijing Farmacêutica Company, que tem causado polêmica devido ao questionamento sobre sua qualidade.

A questão teve início a partir de testes realizados pelo Centro Boldrini, especialista em combate ao câncer infantil. O laudo apontou que o produto estava 40% contaminado por proteínas, o que, segundo especialistas, não garante a eficácia do remédio. A informação foi publicada no *G1* e veiculada no *Fantástico*, o que gerou insegurança nos pacientes e seus familiares.

O deputado Severino Ninho (PSB-PE) disse que não imagina que o Ministério da Saúde teria a irres-



ponsabilidade de comprar uma medicação prejudicial a pacientes com câncer. “Sem dúvida, se o ministro autorizou a compra foi porque se comprovou a eficácia da Leginase. Mas gostaria de saber se houve alguma exceção para a compra desse remédio e se existem interesses de outros laboratórios na polêmica em torno dessa importação.”

De acordo com o ministro, o medicamento do laboratório chinês tem certificado de boas práticas e registro no país de origem. “Além disso, a Fundação Oswaldo Cruz analisou a medicação e afirmou estar dentro dos padrões de eficácia”, acrescentou Ricardo Barros. O ministro acrescentou que todos os estados que já estão utilizando a Leuginase não tiveram nenhum efeito diferente do esperado. Amapá, Bahia, Goiás, Maranhão, Pará,

Piauí, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima e São Paulo já utilizam o medicamento.

No início do ano, após constatar o desabastecimento, o Ministério da Saúde precisou realizar licitação para compra de medicação para a Leucemia. O produto chinês foi o que mostrou melhor custo-benefício. Anteriormente, o Brasil era abastecido pela droga Asparagina-se, do laboratório Alemão Medac. “O próprio laboratório Alemão pediu à Anvisa que retirasse seu registro, já que iria apresentar outra droga mais cara”, disse Barros.

O Centro Boldrini alega que a eficiência da droga da Medac é 90% eficaz e com apenas três impurezas. Mas Ricardo Barros reforçou que drogas biológicas não podem ser comparadas umas com as outras. “Não existe eficiência nessa comparação”, afirmou.

O ministro acrescentou que essa compra realizada em janeiro foi emergencial, para controlar o desabastecimento, mas que só será usada até junho, quando será feita nova licitação. “Nessa nova consulta vamos seguir todas as regras, como de costume, sempre priorizando a segurança na saúde dos pacientes”, finalizou.

Projeto de Lei

Proposta cria contribuição para pesquisa e desenvolvimento da saúde

Marcelo Bessoni

Com o objetivo de estimular o desenvolvimento de fármacos no País, o deputado federal Leopoldo Meyer (PSB-PR) apresentou o Projeto de Lei Complementar nº 369/17, que institui a Contribuição para Pesquisa e Desenvolvimento da Saúde (Copedes). De acordo com a proposta, o tributo incidirá sobre as remessas de royalties a empresas estrangeiras em virtude do licenciamento ou do sublicen-

ciamento da comercialização de seus respectivos medicamentos no território nacional.

Dados apresentados pelo Portal dos Fármacos apontam que 90% dos pedidos de patentes requisitados ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) são realizados por empresas estrangeiras. “O quadro se torna ainda mais perverso ao observarmos que muitos dos pedidos restantes são indeferidos por

problemas redacionais em sua formulação”, completa.

O parlamentar explica ainda que os recursos arrecadados serão integralmente destinados à promoção de estudos e pesquisas por autarquias, fundações públicas e instituições de ensino superior públicas ou privadas, visando o desenvolvimento de medicamentos. “Acreditamos que é possível estimular o desenvolvimento de fármacos no Brasil”, conclui.